

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.769.166 - SP (2018/0249835-3)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
EMBARGANTE : MUNICÍPIO DE PIRACICABA
PROCURADORES : MILTON SERGIO BISSOLI - SP091244
MARCO AURELIO BARBOSA MATTUS - SP069062
RODRIGO PRADO MARQUES E OUTRO(S) - SP270206
EMBARGADO : MORAES MATOS ADVOGADOS
ADVOGADOS : PEDRO VINICIUS BAPTISTA GERVATOSKI LOURENÇO -
SP330340
GUSTAVO ANGELI PIVA - SP349646

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos pelo MUNICÍPIO DE PIRACICABA, em 12/11/2018, contra decisão de minha lavra, publicada em 31/10/2018, que deu parcial provimento ao Recurso Especial por ele interposto.

Inconformada, sustenta a parte embargante que:

"No presente caso, o Recorrido, ora Embargado, insurgiu-se contra sentença de primeiro grau prolatada nos autos, a qual reconheceu a prescrição de seu direito de ação, extinguindo o feito com fulcro no art. 487, II do CPC.

Na prática, pleiteava condenação da Prefeitura ao pagamento de serviços jurídicos supostamente prestados por ele e não adimplidos. No entanto, por tratar-se de contrato rescindido no ano de 2005 e tendo sido a demanda proposta somente em 2015, o MM Juízo *a quo*, acertadamente, reconheceu a prescrição do direito de ação.

No Julgamento da apelação a decisão foi mantida pelos mesmos fundamentos. Ocorre, porém, que apesar da acuidade da decisão dois pontos ficaram omissos: a) o questionamento da municipalidade em suas contrarrazões sobre a base de cálculo utilizada para a fixação dos honorários na sentença de primeiro e grau; b) a condenação em honorários recursais nos termos do art. 85, §11 do CPC.

Diante disso, a Fazenda Pública Municipal opôs embargos declaratórios, com fulcro no art. 1.022, II do CPC, requerendo a aplicação dos efeitos infringentes, bem como, o prequestionamento da matéria para viabilizar o acesso às vias especiais.

O TJ/SP manteve incólume sua decisão, o que motivou a interposição do presente Recurso Especial, o qual foi conhecido e julgado monocraticamente.

A decisão foi de parcial procedência, para declarar devidos os honorários recursais. Em relação à base de cálculos dos honorários sucumbenciais, o Acórdão consignou que 'deveria a parte recorrente ter apontado, nas razões do Recurso Especial, afronta ao art. 1.022 do CPC/2015, alegando possível omissão'.

Contudo, conforme abaixo se demonstrará, o ponto não só foi objeto das razões do REsp como também das contrarrazões da apelação e, ainda, em sede embargos declaratórios, estes dois últimos perante o TJ/SP.

(...)

Compulsando os autos, verifica-se que a matéria (base de cálculo dos honorários sucumbenciais) foi suscitada pela ora Recorrente desde as contrarrazões ofertadas em segundo grau perante o TJ/SP (fls. 302/310).

(...)

Diante disso, causou surpresa o não conhecimento deste capítulo do Recurso Especial por suposta ausência de prequestionamento, donde presumimos ter havido omissão ou erro material no julgado monocrático desta Corte, a merecer o devido reparo por meio do julgamento dos presentes embargos declaratórios com aplicação de efeitos infringentes" (fls. 436/439e).

Por fim, requer o acolhimento dos Embargos Declaratórios.

Nas razões de impugnação, a parte embargada pugna pela rejeição dos Embargos Declaratórios (fls. 442/445e).

A irresignação não merece acolhida.

De início, seja à luz do art. 535 do CPC/73, ou nos termos do art. 1.022 do CPC vigente, os Embargos de Declaração são cabíveis para "esclarecer obscuridade ou eliminar contradição", "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento" e "corrigir erro material".

In casu, quanto ao cerne do inconformismo recursal, ao contrário do que pretendem fazer crer a parte embargante, a decisão está suficientemente fundamentada, no sentido de que "o Tribunal de origem não se manifestou acerca do teor do art. 85, §8º, do CPC/2015, relativo à tese de que 'a correta condenação relativa aos honorários advocatícios deve ter como base de cálculo o valor do proveito econômico pretendido' (fl. 376e). Nesse caso, deveria a parte recorrente ter apontado, nas razões do Recurso Especial, afronta ao art. 1.022 do CPC/2015, alegando possível omissão. Não o fazendo, torna-se inviável o conhecimento do Recurso Especial" (fl. 427e), tendo em vista a ausência de prequestionamento da matéria.

Desse modo, seja à luz do CPC/73 ou do CPC vigente, os Embargos de Declaração não constituem veículo próprio para o exame das razões atinentes ao inconformismo da parte, tampouco meio de revisão, rediscussão e reforma de matéria já decidida.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECLAMAÇÃO. RESOLUÇÃO STJ N. 12/2009. OMISSÃO.

ACOLHIMENTO.

1. **Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, bem como quando há erro material a ser sanado.**

2. Embargos declaratórios acolhidos sem efeitos infringentes" (STJ, EDcl nos EDcl na Rcl 28.977/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 11/03/2016).

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. HIPÓTESES DO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE.

1. **Os embargos de declaração apenas são cabíveis para sanar omissão, contradição ou obscuridade do julgado recorrido, admitindo-se também esse recurso para se corrigir eventuais erros materiais constantes do pronunciamento jurisdicional.**

2. **No caso, está evidenciado o intuito do embargante em rediscutir a matéria já integralmente decidida pelo órgão judicial recorrido, o que não se admite nos estreitos limites do art. 535 do CPC.**

3. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl no AgRg nos EAREsp 540.453/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Convocada do TRF/3ª Região), PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 04/03/2016).

Pelo exposto, à míngua de vícios, **rejeito** os Embargos Declaratórios.

I.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora